

ANC P2  
1 MAR 1988

# Ulysses sem saída

O deputado Ulysses Guimarães está conversando com os ministros militares, os governadores de Estado e as lideranças políticas mais importantes do PMDB em torno de uma fórmula de consenso sobre sistema de Governo. Um encontro entre ele e o presidente Sarney também está em suas previsões. Ulysses se encontra diante de grave dilema: o Governo, com o respaldo dos militares, considera inconveniente a realização este ano das eleições presidenciais diretas. O que levou o senador Fernando Henrique Cardoso, em tom bem-humorado, a comentar: "Então fazemos as eleições em janeiro de 89". O presidente do PMDB está preocupado e vem realizando sucessivas reuniões e encontros com o fito de encontrar uma fórmula política, que evite a divisão irremediável do partido. O grupo do PMDB que prega os quatro anos e o parlamentarismo ortodoxo, se se sentir preterido, pode ter no sistema de Governo o pretexto que procura para abandonar as fileiras partidárias.

Os parlamentaristas ortodoxos estavam ontem inquietos com informações pouco positivas que colheram de várias fontes. O deputado Saulo Queiroz, secretário-geral do PFL, chegou a admitir ontem pela manhã para o senador José Agripino que o parlamentarismo já estaria derrotado. Mas o senador José Richa e a deputada Sandra Cavalcanti, dois dos principais coordenadores da emenda parlamentarista, resolveram intensificar seus esforços com vistas a fortalecer a posição da corrente política que integram.

O governador Henrique Santillo, de Goiás, transformou-se num dos principais articuladores de uma solução de entendimento em torno do parlamentarismo com cinco anos de mandato para Sarney. Ontem pela manhã, no gabinete do ministro Luiz Henrique,

Santillo reuniu-se com vários parlamentares do PMDB. Falou também pelo telefone com o governador Tasso Jereissati, do Ceará, procurando atraí-lo para o acordo que tenta estabelecer. Só que o sistema proposto pelo governador goiano é no fundo um presidencialismo parlamentarizado. Há a figura do primeiro-ministro, os ministros, individualmente, estão sujeitos a voto de censura, mas não se prevê a dissolução da Câmara.

De acordo com informações que circulavam ontem na Constituinte, o presidente Sarney estaria propenso a aceitar um entendimento em torno desse presidencialismo parlamentarizado, concordando com sua implantação cinco meses depois da promulgação da nova carta constitucional. Mas a bancada baiana do PMDB e os setores de esquerda reagem indignados contra qualquer acordo que exclua os quatro anos de mandato para Sarney.